



PODER

Master: R\$ 5,7 bilhões bloqueados pelo STF

Principal alvo da 2ª fase da Operação Compliance Zero, que investiga operações do banco liquidado, é o cunhado de Daniel Vorcaro, suspeito de integrar esquema de desvio de recursos que envolve a família do banqueiro. Toffoli também critica atuação da PF

» DANANDRA ROCHA
» IAGO MAC CORD
» FABIO GRECCHI

A origem de tudo

Daniel Vorcaro

Quem é: dono do Banco Master, ficou conhecido por exibir um estilo de vida nababesco nas redes sociais.

Papel no caso: apontado como o beneficiário final de um esquema de desvios e fraudes financeiras por meio da instituição.

Acusações: gestão fraudulenta, organização criminoso, manipulação de mercado e lavagem de dinheiro. É investigado pela emissão de títulos de crédito falsos (CDBs com rendimentos irreais de 40% acima da taxa de mercado) e desvio de recursos para patrimônio pessoal. O Master tentou vender essas carteiras de crédito — estimadas em cerca de R\$ 12,2 bilhões — para o Banco de Brasília (BRB) com o objetivo de realizar o lucro de ativos que, na verdade, não tinham valor real ou sequer existiam.

Milícias digitais: Vorcaro está sendo acusado, também, de financiar uma rede de influenciadores digitais para atacar a imagem do Banco Central (BC) e de investigadores. O objetivo da campanha seria criar uma narrativa de que a liquidação do Master teria sido uma "perseguição política" ou erro técnico, tentando pressionar as autoridades a reverter a decisão.

Situação jurídica: preso na Primeira Fase (novembro/2025) ao tentar viajar para Dubai em jato particular, onde, supostamente, fecharia a venda do Master para o fundo Fictor Invest. Está em prisão domiciliar com uso de tornozeleira eletrônica.

Conexões

NÚCLEO FAMILIAR Vínculo: a investigação detectou que dinheiro captado fraudulentamente era desviado para o patrimônio pessoal de parentes.

Fabiano Campos Zettel (cunhado): detido nesta Segunda Fase no Aeroporto de Guarulhos quando tentava embarcar para Dubai em um jato particular. A PF apreendeu seu celular e o liberou. Imóveis ligados a ele foram alvos de buscas e bens foram apreendidos.



Henrique (pai) e Natália (irmã): endereços ligados a eles foram alvo de buscas e apreensões.



NÚCLEO DE OPERADORES E INVESTIDORES

Nelson Tanure

Vínculo: empresário e investidor, alvo da Segunda Fase da operação.

Ação: teve o celular e documentos apreendidos pela PF no Aeroporto do Galeão quando embarcava para Curitiba a trabalho. É conhecido por investir em empresas em crise financeira.

João Carlos Mansur

Vínculo: fundador e ex-executivo da Reag Investimentos, que estaria envolvida em lavagem de dinheiro para o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Ação: alvo de mandados de busca e apreensão nesta Segunda Fase por suspeita de envolvimento no esquema de fraudes financeiras do Master.

Total das fraudes: estimadas em R\$ 12 bilhões (podendo chegar a R\$ 17 bilhões segundo estimativas da investigação).

Bloqueio de bens: o STF determinou o sequestro de valores em torno de R\$ 5,7 bilhões.

Abrangência: mandados foram cumpridos em São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Itens apreendidos: carros e relógios de luxo, dinheiro em espécie e uma aeronave de R\$ 200 milhões (na Primeira Fase).

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem, a segunda fase da Operação Compliance Zero, cujo alvo são as suspeitas relacionadas ao Banco Master e as operações financeiras que realizou. A ação foi autorizada pelo ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF) e relator do inquérito, que determinou o bloqueio de bens e valores avaliados em aproximadamente R\$ 5,7 bilhões, além do cumprimento de 42 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Um dos principais alvos da operação foi o pastor evangélico e empresário Fabiano Campos Zettel, casado com Natália, irmã do banqueiro Daniel Vorcaro, dono da instituição financeira. Zettel foi detido no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, no momento em que se preparava para embarcar em um jato particular com destino a Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Os agentes apreenderam o celular do empresário, que será submetido à perícia, e ele foi liberado em seguida. Também foram cumpridos mandados de busca em dois imóveis ligados a ele, em São Paulo e no Rio de Janeiro, bem como endereços da mulher dele e o do pai do dono do Master, Henrique Vorcaro.

“Como demonstrado, a prática criminosa do investigado envolve diversos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, sendo certo que nos termos da alínea o do inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960/1989 é cabível a prisão temporária em relação a tais delitos. Desse modo, com fulcro nos fundamentos já expostos e com a finalidade de preservar a efetividade das demais medidas determinadas, pugna-se pela decretação da prisão temporária em desfavor de Fabiano Campos Zettel, por se tratar de medida imprescindível para as investigações desenvolvidas, tendo em vista que a liberdade do investigado poderá prejudicar a coleta da prova, especialmente as demais diligências determinadas por v. exa”, expôs Toffoli na decisão.

As incursões de ontem são um prolongamento das investigações do esquema de fraudes financeiras praticado pelo Master. A instituição financeira, liquidada extrajudicialmente pelo Banco Central, teria emitido títulos de crédito sem lastro e adotado práticas que configurariam gestão fraudulenta, organização criminoso, manipulação de mercado e lavagem de capitais. O esquema começou a ser levantado depois que tentou fechar a venda de uma carteira de crédito para o Banco de Brasília (BRB) por aproximadamente R\$ 12 bilhões, negócio vetado pelo BC.”

Zettel, porém, não foi o único personagem atingido pela segunda fase da Compliance Zero. O empresário Nelson Tanure — conhecido por investir em empresas em dificuldades financeiras — foi alcançado pelos agentes da PF no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro quando embarcaria para Curitiba e teve de entregar o celular. Outro alvo foi o investidor João Carlos Mansur, ex-presidente da gestora Reag Investimentos — hoje Arandu Investimentos —, que é suspeita de ter sido utilizada para

estruturar e administrar fundos de investimento que serviam de fachada para lavar dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC), conforme detectado pela Operação Carbono Oculto, deflagrada em 28 de agosto do ano passado (conheça os perfis dos atingidos pela operação na página 3).

As investigações apontam que recursos captados pelo Master teriam sido aplicados em fundos e, posteriormente, desviados para o patrimônio pessoal de Vorcaro e de pessoas próximas. Em nota à imprensa, a defesa do banqueiro informou que ele “tomou conhecimento da medida de busca e apreensão” e reafirma que o dono do Master “tem colaborado integral e continuamente com as autoridades competentes. Todas as medidas judiciais determinadas no âmbito da investigação serão atendidas com total transparência”.

Irritação

A decisão de Toffoli para as operações que atingiram Zettel, Tanure e Mansur chama a atenção, também, devido à crítica que faz à atuação da PF, a qual acusa da “falta de empenho” na investigação do caso. “Note-se que essas medidas cautelares foram requeridas, com envio da documentação pertinente, no dia 06.01.2026, e deferidas na data de 07.01.2026, com

Divulgação/PF



Dinheiro vivo encontrado em um dos endereços da família de Vorcaro

ordem subsequente para cumprimento no prazo de 24 horas a partir de 12.01.2026, diante da gravidade dos fatos e necessidade de aprofundamento da investigação, com fartos indícios de práticas criminosas de todos os envolvidos. Causa espécie a este relator não só o descumprimento do prazo por mim estabelecido para cumprimento das medidas cautelares ordenadas, posto que resta claro que outros envolvidos podem estar descaracterizando as provas essenciais ao deslinde da causa, como a falta de empenho no cumprimento da ordem judicial para a qual a Polícia Federal teve vários dias para planejamento e preparação, o que poderá resultar em prejuízo e ineficácia das providências ordenadas”, critica o ministro.

Como Zettel e Tanure tinham viagens marcadas — daí porque a autorização para que fossem interpelados em Guarulhos e no Rio de Janeiro —, o ministro manifestou preocupação com a possibilidade de os dois fugirem. “Observe, ainda, que eventual frustração do cumprimento das medidas requeridas decorre de inércia exclusiva da Polícia Federal, inclusive diante de inobservância expressa e deliberada de decisão por mim proferida na data de 12.01.2026, que determinou a deflagração da presente frase no prazo de 24 horas, e que eventual

prejuízo às demais medidas em decorrência do presente pedido são de inteira responsabilidade da autoridade policial”, frisa.

O ministro e a PF têm estado em rota de colisão nas investigações relacionadas ao Master. O relacionamento começou a azedar quando o magistrado levou o caso para o STF e o colocou sob sigilo, mas o confronto escalou quando ele determinou uma acareação entre Vorcaro, o ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, e o diretor de Fiscalização do BC, Ailton de Aquino Santos, em 29 de dezembro passado. O magistrado, porém, desistiu do confronto de versões e determinou que a PF tomasse os depoimentos e, se necessário, acareasse os três.

Vorcaro, Costa e Ailton foram ouvidos pela delegada federal Juliana Palazzo, acompanhada do juiz Carlos Vieira Von Adamek, um dos auxiliares que compõem o gabinete do ministro — que, na oitiva, apresentou uma lista de perguntas. Ela se recusou, fez contato com o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, que reafirmou a autoridade da delegada na sessão. O mal-estar aumentou quando Adamek telefonou para Toffoli, que não abriu mão de que as perguntas do gabinete fossem feitas.

Janaina recusou e o impasse só foi desfeito quando Adamek disse que tratavam-se de “sugestões”.



Desse modo, com fulcro nos fundamentos já expostos e com a finalidade de preservar a efetividade das demais medidas determinadas, pugna-se pela decretação da prisão temporária em desfavor de Fabiano Campos Zettel, por se tratar de medida imprescindível para as investigações desenvolvidas”

“Eventual frustração do cumprimento das medidas requeridas decorre de inércia exclusiva da Polícia Federal, inclusive diante de inobservância expressa e deliberada de decisão por mim proferida (...) e que eventual prejuízo às demais medidas em decorrência do presente pedido são de inteira responsabilidade da autoridade policial”

Trechos da decisão do ministro Dias Toffoli